

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.599.998 - RS (2016/0113687-0)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**RECORRIDO : ACENDINO PEREIRA SANTOS**  
**ADVOGADO : JACSON PAIM DE SOUZA - RS101779**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, com base na alínea **a** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. REQUISITOS PREENCHIDOS. REVISÃO.

1. Uma vez exercida atividade enquadrável como especial, sob a égide da legislação que a ampara, o segurado adquire o direito ao reconhecimento como tal e ao acréscimo decorrente da sua conversão em tempo de serviço comum no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

2. Constando dos autos a prova necessária a demonstrar o exercício de atividade sujeita a condições especiais, conforme a legislação vigente na data da prestação do trabalho, o respectivo tempo de serviço deve ser computado, juntamente com os períodos de labor urbano reconhecidos pelo INSS, para fins de revisão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição. Direito adquirido do autor à concessão do melhor benefício (RE nº 630.501/RS, Relatora Ministra Ellen Gracie, Plenário, DJE 26/08/2013)" (fl. 470e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados, nestes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. PREQUESTIONAMENTO. INTERESSE RECURSAL. AUSENTE.

Não devem ser conhecidos os embargos de declaração opostos pelo INSS, por ausência de interesse recursal, uma vez que a matéria altercada já foi prequestionada por ocasião do julgamento do recurso de apelação" (fl. 485e).

Alega-se, nas razões do Recurso Especial, além da negativa de prestação jurisdicional - art. 535, II, do CPC/73), ofensa aos arts. 3º do Decreto 53.831/64 e 60 do

Decreto 83.080/79. Argumenta, em síntese, o seguinte:

"Ao julgar o recurso, o órgão fracionário do E. TRF da 4ª Região determinou que fosse reconhecimento para a parte autora tempo de serviço especial, mesmo que a exposição se desse de modo intermitente, afirmando que a exposição permanente somente foi imposta com a vigência da Lei nº 9.032/95.

Opostos embargos de declaração pelo INSS, a fim de prequestionar os dispositivos legais violados, estes restaram desprovidos.

A Corte Regional, outrossim, ao negar provimento aos embargos de declaração, deixando de abordar os dispositivos pertinentes, negou vigência ao art.

535 do Código de Processo Civil (CPC), e, no tocante à questão debatida no presente recurso, negou vigência ao disposto nos arts. 3º do Decreto nº 53.831/64 e 60 do Decreto nº 83.080/79.

(...)

Nos termos do julgado ora reconhecido restou reconhecido para a parte autora tempo de serviço especial, mesmo que a exposição se dava de modo intermitente.

A Lei Previdenciária exige que a exposição a tais agentes seja habitual e permanente, não se caracterizando como especial a atividade em que haja a exposição eventual ou intermitente a agentes nocivos. A respeito do reconhecimento, o art. 57 da Lei 8.213/91 dispõe que:

(...)

A exigência de exposição permanente ao agente nocivo existe desde a primeira norma regulamentadora da matéria (Decreto 53.831/64), não se tratando de inovação trazida pela Lei 9.032/95.

(...)

Resta claro, no ponto, a obscuridade no julgado, ao afirmar que a exposição permanente somente foi imposta com a vigência da Lei nº 9.032/95 – já que, como restou comprovado, tal exigência existe desde a edição do Decreto 53.831/64" (fls. 495/498e).

Por fim, "uma vez demonstrada contrariedade à Lei Federal - arts. 3º do Decreto nº 53.831/64 e 60 do Decreto nº 83.080/79 - o INSS requer seja o recurso conhecido e provido, a fim de que haja a reforma do acórdão regional nos termos explicitados supra. (...) Se assim não entender a C. Turma, o INSS requer a anulação da decisão que rejeitou os embargos de declaração, por afronta ao artigo 535, do CPC, para que o Tribunal Regional profira outra, suprimindo a omissão sobre a matéria federal que embasa

a tese do recorrente" (fl. 498e).

Sem contrarrazões.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 508e).

Sem razão a parte recorrente.

Na origem, trata-se de Ação ordinária ajuizada pela parte ora recorrida, com a pretensão da "concessão de reconhecimento de períodos laborado em condições especiais e a revisão de seu benefício de aposentadoria por tempo de contribuição" (fl. 423e).

Julgada parcialmente procedente a demanda, recorreu o réu, restando parcialmente provida de Apelação, pelo Tribunal local.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Destaco, inicialmente, que inexistente a alegada violação ao art. 535, II, do CPC/73, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.129.367/PR, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal Convocada/TRF 3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 17/06/2016; REsp 1.078.082/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 02/06/2016; AgRg no REsp 1.579.573/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/05/2016; REsp 1.583.522/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/04/2016.

No mais, o Tribunal **a quo** assim analisou a questão de mérito, no que interessa:

"Em suas razões recursais, argumenta o INSS que o autor não estava exposto ao agente físico ruído, acima dos limites de tolerância, durante toda a sua jornada de trabalho.

Porém, a sujeição ao agente nocivo, para configurar a especialidade da atividade, não necessita ocorrer durante todos os momentos da jornada de trabalho. A habitualidade e a permanência para os fins visados pela norma - que é protetiva - devem ser interpretadas no sentido de que tal exposição deve ser ínsita à prestação do serviço desempenhado pelo segurado, ocorrendo em período razoável da sua rotina de trabalho, e não de ocorrência eventual, ocasional. Caso se admitisse o contrário, chegar-se-ia ao extremo de entender que nenhum trabalho faria jus àquela adjetivação.

Esta Corte, inclusive, ao julgar os EINF nº 0010314-72.2009.404.7200

(Relator Des. Federal Celso Kipper, Terceira Seção, D.E. 07/11/2011), decidiu que Para caracterização da especialidade não se reclama exposição às condições insalubres durante todos os momentos da prática laboral, sendo suficiente que o trabalhador, em cada dia de labor, esteja exposto a agentes nocivos em período razoável da jornada. De fato, Os requisitos da habitualidade e da permanência devem ser entendidos como não-eventualidade e efetividade da função insalutífera, continuidade e não-interrupção da exposição ao agente nocivo. A intermitência refere-se ao exercício da atividade em local insalubre de modo descontínuo, ou seja, somente em determinadas ocasiões. Se o trabalhador desempenha diuturnamente suas funções em locais insalubres, mesmo que apenas em metade de sua jornada de trabalho, tem direito ao cômputo do tempo de serviço especial, porque estava exposto ao agente agressivo de modo constante, efetivo, habitual e permanente (TRF/4, AC nº 2000.04.01.073799-6/PR, 6ª Turma, Relator Des. Federal Luiz Carlos de Castro Lugon, DJU 09/05/2001).

Deve-se lembrar, ademais, que o Decreto nº 4.882/03 alterou o Decreto nº 3.048/99, o qual, para a aposentadoria especial, em seu art. 65, passou a considerar trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, em condições especiais, aquele cuja exposição ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço, o que ocorre no caso vertente" (fl. 465e).

Como se vê das razões recursais em confronto com o excerto supratranscrito, verifica-se que a parte recorrente não cuidou de impugnar, especificamente, todos os fundamentos do acórdão recorrido, para reconhecer a especialidade do trabalho da parte autora, pois asseverado "que o Decreto nº 4.882/03 alterou o Decreto nº 3.048/99, o qual, para a aposentadoria especial, em seu art. 65, passou a considerar trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, em condições especiais, aquele cuja exposição ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço (...)".

Diante desse quadro, sendo os fundamentos suficientes, por si só, para manter o julgado, fica inviabilizado o recurso. A esse respeito, aplicável, por analogia, a Súmula 283/STF, que assim dispõe:

"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assente em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

Por fim, tendo o Tribunal de origem fundamentado sua conclusão no conjunto

fático-probatório dos autos, resta evidente que os argumentos da parte recorrente somente poderiam ser acolhidos mediante o necessário revolvimento dos aspectos concretos da causa, mas que resta obstado, no âmbito do Recurso Especial, pela Súmula 7 desta Corte.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES  
Relatora